



PREFEITURA DE  
**SIMÃO DIAS**  
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL  
CONTROLE INTERNO  
(SEMCI)



Página 1 de 17

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE**  
**RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO**  
**1º TRIMESTRE DE 2025**

**SIMÃO DIAS/SE**  
**MARÇO/25**



**SUMÁRIO**

I. INFORMAÇÕES-----	3
II. INTRODUÇÃO E OBJETO-----	3
III. FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE. -----	3
IV. PLANEJAMENTO -----	4
4.1. DO ORÇAMENTO-----	4
V. RESULTADO DO CONTROLE: -----	5
5.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:-----	5
5.1.1. Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada-----	5
5.2. Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Realizada-----	7
5.3. Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga-----	8
VI. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)-----	10
6.1. Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Liquida-----	10
6.1.1. Subsídios -----	10
6.1.2. Despesas Com O Poder Legislativo -----	10
6.2. Relatórios bimestrais-----	11
6.3. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)-----	11
6.4. Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)-----	11
6.5. Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)-----	11
6.6. Diárias-----	12
6.7. Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria-----	12
VII. PATRIMÔNIO -----	13
7.1. Bens Móveis-----	13
7.2. Almoxarifado-----	13
VIII. OUVIDORIA -----	13
IX. ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES -----	15
X. CONCLUSÃO-----	15
C E R T I D Ã O -----	16

## I. INFORMAÇÕES

---

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Prefeito: **CRISTIANO VIANA MENESES**

Endereço: Rua Presidente Vargas nº 129, Centro, Simão Dias/SE - CEP: 49.480-000

Telefone: (79) 3611-1382 / 3611-2218

Período de Exame: **01.01.2025 a 31.03.2025**

## II. INTRODUÇÃO E OBJETO

---

Em estrito cumprimento ao mandamento Constitucional e às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, Resolução TCE nº 206 de 1º de novembro de 2001, a Secretaria Municipal de Controle Interno deste Município, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **1º TRIMESTRE** do corrente exercício, cujos resultados relatamos a seguir.

## III. FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

---

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública, assim como em respeito às normas e procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, de 1º de novembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

### **Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:**

- Constituição Federal e Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, Lei 10.520/2002 – Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública; Lei complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei 14.133/2021 – Lei de Licitação e Contratos Administrativos que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas;
- Lei Municipal nº Lei nº 1.087/2024 de 25 de junho de 2024 - Diretrizes para o Exercício de 2025 – LDO;
- Lei Municipal nº Lei nº 1.102/2024 de 30 de dezembro de 2024 – Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2025 – LOA;
- Lei Municipal nº 962/2021, de 13 de dezembro de 2021, institui o Plano Plurianual de Aplicação – PPA, para o período de 2022-2025;

### **Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:**

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte; Conferência de cálculo;
- Exames em Procedimentos Licitatórios, envolvendo Contratos, Termos Aditivos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Inexigibilidade e Pregão Presencial.
- Exame nos Documentos de Receitas;

- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestação de Contas.

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de **01.01.2025 a 31.03.2025** e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Licitações
- Atividades da Ouvidoria Municipal.

#### IV. PLANEJAMENTO

---

##### 4.1. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de **2025** foi aprovado pela **Lei Nº 1.102/2024 de 30 de dezembro de 2024**, alocando recursos na ordem de **R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais)**, os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES		VALOR R\$
1100	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.938.090,00
1200	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.822.000,00
1300	RECEITA PATRIMONIAL	168.100,00
1600	RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00
1700	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	167.550.760,00
1900	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>185.483.950,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>VALOR R\$</b>
ALIENAÇÃO DE BENS		903.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		1.120.050,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>2.023.050,00</b>

<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>187.507.000,00</b>
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – RENÚNCIA	0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	17.507.000,00
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>17.507.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA (LÍQUIDA)</b>	<b>170.000.000,00</b>

Durante o período em questão, foram abertos créditos adicionais que totalizaram R\$ 40.508.205,77 e, simultaneamente, foram anulados R\$ 40.508.205,77.

#### RESULTADO DO CONTROLE:

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

#### 5.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

##### 5.1.1. Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

Os dados a seguir demonstram que a Receita Arrecadada para o período avaliado foi de **R\$ 40.428.200,60 (quarenta milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos reais e sessenta centavos)**.

Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	ARRECADADA NO PERÍODO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	185.483.950,00	44.594.336,46	-140.889.613,54
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-17.507.000,00	-4.235.840,93	-13.271.159,07
RECEITAS DE CAPITAL	2.023.050,00	100.000,00	-1.923.050,00
RESTITUIÇÃO RECEITAS CORRENTES	0,00	-30.294,93	-30.294,93
<b>TOTAL</b>	<b>170.000.000,00</b>	<b>40.428.200,60</b>	<b>129.571.799,40</b>

A tabela a seguir, demonstra a Receita Orçamentária por Fonte de Recursos, por meio de um demonstrativo sintético, dos dados consolidados:

Receita Orçamentária por Fonte de Recurso – Demonstrativo Sintético DE 01/01/2025 à 31/03/2025					
FONTE DE RECURSOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Acumulado	
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	62.129.490,00	62.129.490,00	20.118.546,45	20.118.546,45	-42.010.943,55
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	12.607.000,00	12.607.000,00	0,00	0,31	-12.607.000,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.328.600,00	10.328.600,00	13.107,19	13.107,19	-10.315.492,81



15010000 – Outros recursos não vinculados	1.077.300,00	1.077.300,00	536.895,89	536.895,89	-540.404,11
15400001 – transferências do FUNDEB – impostos e transferências de impostos	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	-42.000,00
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	44.210.000,00	44.210.000,00	10.556.082,00	10.556.082,00	-33.653.917,13
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	395.000,00	395.000,00	559.536,15	559.536,15	164.536,15
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	2.477.000,00	2.477.000,00	0,00	0,00	-2.477.000,00
15430000 – Transferências do FUNDEB – complementação da União	7.000,00	7.000,00	463.730,31	463.730,31	456.730,31
15500000 - Transferência do Salário-Educação	1.508.000,00	1.508.000,00	782.844,52	782.844,52	-725.844,52
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	12.000,00	12.000,00	81,92	81,92	-11.918,08
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	804.000,00	804.000,00	159.618,34	159.618,34	-644.381,66
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	1.102.000,00	1.102.000,00	234.130,61	234.130,61	-867.869,39
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	272.000,00	272.000,00	21.805,76	21.805,76	-250.194,24
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	228.000,00	228.000,00	1.649,70	1.649,70	-226.350,30
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	9.000,00	9.000,00	19.370,75	19.370,75	10.370,75
15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
15993210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	605,26	605,26	605,26
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.283.000,00	12.283.000,00	3.157.995,33	3.157.995,33	-9.125.004,67
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	27.000,00	27.000,00	2,61	2,61	-26.997,39
16040000 - Transferências provenientes do governo federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	5.200.000,00	5.200.000,00	109.296,00	109.296,00	-5.090.704,00
16050000 – Assistência financeira da união destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	1.120.000,00	1.120.000,00	238.337,11	238.337,11	-881.662,89
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	200.000,00	200.000,00	18.956,59	18.956,59	-181.043,41
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	4.000,00	4.000,00	513,66	513,66	-3.486,34
16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	3.206.500,00	3.206.500,00	400.001,88	400.001,88	-2.806.498,12
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	604.000,00	604.000,00	0,00	0,00	-604.000,00
16593210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	729.000,00	729.000,00	21.581,32	21.581,32	-707.418,68
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.064.310,00	2.064.310,00	206.860,45	206.860,45	-1.857.449,55
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	799.300,00	799.300,00	158.626,29	158.626,29	-640.673,71



16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	344.300,00	344.300,00	661,58	661,58	-343.638,42
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	-3.000,00
16693110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	-3.000,00
16693210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	3.000,00	3.000,00	500.000,00	500.000,00	497.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	326.200,00	326.200,00	10.442,79	10.442,79	-315.757,21
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	54.000,00	54.000,00	25.521,72	25.521,72	-28.487,28
17040000 – Transferência da União referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	631.000,00	631.000,00	328.968,21	328.968,21	-302.031,79
17050000 – Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e gás Natural	2.000,00	2.000,00	55.443,06	55.443,06	53.443,06
17063110 – Transferências Especial da União	748.000,00	748.000,00	20.595,21	20.595,21	-727.404,79
17103210 - Transferência Especial dos Estados	331.000,00	331.000,00	102.860,41	102.860,41	-228.139,59
17150000 Transferências dest. Ao setor cultural - Audiovisual	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	-165.000,00
17160000 Transferências dest. Ao setor cultural – demais setores da cultura	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	-135.000,00
17190000 – Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei 14.399/202	0,00	0,00	7.058,85	7.058,85	7.058,85
17200000 – Transferências da União Referentes às Participações da Exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17480000 – Outras Vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00	696.551,98	696.551,98	696.551,98
17490000 – Outras Vinculações de Transferências	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	-15.000,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	56.000,00	56.000,00	13.992,00	13.992,00	-42.008,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP	2.832.000,00	2.832.000,00	884.327,38	884.327,38	-1.947.672,62
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	903.000,00	903.000,00	1.600,45	1.600,45	-901.399,55
<b>Total da receita</b>	<b>170.000.000,00</b>	<b>170.000.000,00</b>	<b>40.428.200,60</b>	<b>40.428.200,60</b>	<b>-129.571.799,40</b>

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

## 5.2. Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Realizada

O quadro abaixo evidencia um comparativo de Receita e Despesa Realizada por fonte:

Comparativo Receita e Despesa Realizada por Fonte – Consolidado (De 01/01/2025 à 31/03/2025)				
Fonte de Recursos	Receita Arrecadada	Despesa		
		Empenhada	Liquidada	Paga
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	20.118.546,45	48.933.218,31	10.517.562,29	9.864.527,58
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	9.966.378,59	1.642.597,14	1.639.797,14
15001002 – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	13.107,19	4.596.956,37	2.289.432,99	2.287.304,81
15010000 – Outros Recursos não Vinculados	536.895,89	251.687,02	220.163,76	220.163,76
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	10.556.082,87	45.038.000,00	11.341.571,92	11.341.571,92
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	559.536,15	0,00	0,00	0,00
15421070 – Identificação do percentual aplicado do pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	0,00	92.000,00	89.673,91	89.673,91
15430000 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAR	463.730,31	0,00	0,00	0,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	782.844,52	2.749.444,82	252.338,76	251.619,56
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	81,92	0,00	0,00	0,00



15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	159.618,34	701.045,19	107.556,51	107.556,51
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	234.130,61	559.694,96	40.151,40	40.151,40
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	21.805,76	15.377,00	15.377,00	15.377,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados Educação	1.649,70	210.000,00	207.467,80	207.467,80
15760000 - Transferências de recursos dos Estados para Programas de Educação	19.370,75	0,00	0,00	0,00
15993210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	605,26	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.157.995,33	4.361.074,25	2.625.162,66	2.625.162,66
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes	2,61	0,00	0,00	0,00
16040000 - Transferências Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	109.296,00	2.235.689,48	1.957.540,36	1.957.540,36
16050000 - Assistência financeira da União destinada ao pagamento dos pisos salariais profissionais da enfermagem	238.337,11	247.470,25	232.474,54	232.474,54
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	18.956,59	30.886,80	4.351,20	3.679,20
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde	513,66	0,00	0,00	0,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	400.001,88	5.184.616,13	986.608,85	984.282,85
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	21.581,32	341.446,52	79.711,55	77.383,50
16600000 - Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	206.860,45	1.467.496,94	332.330,66	332.330,66
16610000 - Transferência de recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	158.626,29	702.162,44	171.530,60	169.130,60
16650000 - Transferências de convênios e instrumentos congêneres vinculados à Assistência Social	661,58	205.678,00	51.058,00	51.058,00
16690000 - Outros recursos vinculados à Assistência Social	0,00	294.160,00	20.371,68	20.371,68
16693210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	500.000,00	317.625,13	26.544,98	26.544,98
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.442,79	0,00	0,00	0,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	25.521,72	0,00	0,00	0,00
17040000 - Transferências da União referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	328.968,21	0,00	0,00	0,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	55.443,06	0,00	0,00	0,00
17063110 - Transferências Especial da União	20.595,21	118.736,26	118.709,19	118.709,19
17103210 - Transferência Especial dos Estados	102.860,41	0,00	0,00	0,00
17190000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202	7.058,85	0,00	0,00	0,00
17480000 - Outras Vinculações de Transferências dos Estados	696.551,98	1.500.000,00	282.939,28	282.939,28
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domicílio Econômico - CIDE	13.992,00	0,00	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	884.327,38	2.278.822,11	737.038,76	737.038,76
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	1.600,45	206.000,00	205.036,50	205.036,50
<b>TOTAIS:</b>	<b>40.428.200,60</b>	<b>132.605.666,57</b>	<b>34.555.302,29</b>	<b>33.888.894,15</b>

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

### 5.3. Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 132.605.666,57 (cento e trinta e dois milhões seiscentos e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais cinquenta e sete centavos)**. O total



de despesas liquidadas no período importou em **R\$ 34.555.302,29 (trinta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil trezentos e dois reais vinte e nove centavos)**. Do volume de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de **R\$ 33.888.894,15 (trinta e três milhões oitocentos e oitenta e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais quinze centavos)**, abaixo detalhamento na tabela resumo do acumulado no período:

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	LIQUIDADADA A PAGAR
ACUMULADO	132.605.666,57	34.555.302,29	33.888.894,15	666.408,14

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Na tabela a seguir registramos as Despesas Orçamentárias por Poder e Órgão, em um quadro demonstrativo, de dados consolidados:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER E ÓRGÃO - DEMONSTRATIVO – CONSOLIDADO												
Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
Poder Executivo	163.200.000,00	40.508.205,77	40.508.205,77	163.200.000,00	132.605.666,57	132.605.666,57	34.555.302,29	34.555.302,29	33.888.894,15	33.888.894,15	98.716.772,42	30.594.333,43
02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS	120.631.790,00	32.637.275,43	32.805.275,43	120.466.790,00	108.305.063,78	108.305.063,78	24.498.256,29	24.498.256,29	23.916.776,43	23.916.776,43	84.388.287,35	12.161.72,22
03000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	34.003.100,00	5.523.000,00	5.378.000,00	34.148.100,00	17.203.139,80	17.203.139,80	8.380.282,15	8.380.282,15	8.372.827,92	8.372.827,92	8.830.311,88	16.944.960,20
04000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	8.565.110,00	2.347.930,34	2.327.930,34	8.585.110,00	7.097.462,99	7.097.462,99	1.676.763,85	1.676.763,85	1.599.289,80	1.599.289,80	5.498.173,19	1.487.647,01
0100 - CAMARA MUN. DE VEREADORES	6.800.000,00	200.000,00	200.000,00	6.800.000,00	5.169.748,31	5.169.748,31	1.319.593,31	1.319.593,31	1.319.593,31	1.319.593,31	3.850.155,00	1.630.251,69
Total Geral:	170.000.000,00	40.708.205,77	40.708.205,77	170.000.000,00	137.775.414,88	137.775.414,88	35.874.895,60	35.874.895,60	35.208.487,46	35.208.487,46	102.566.927,42	32.224.585,12

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Após análise dos dados demonstrados, foi orientado aos ordenadores que eles podem programar suas despesas **observando o orçamento e a disponibilidade de caixa** para custeá-las, fazendo cumprir dessa forma o **princípio do equilíbrio orçamentário**. E o dispositivo do §1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000.

### 5.3.1. Restos a pagar

A partir dos registros encontrados contabilizados foi levantado um volume de restos a pagar consolidados para demonstração. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para a sua quitação e /ou regularização de acordo com cada caso.

### 5.3.2. Repasse das receitas retidas

As receitas retidas estão sendo feito um controle rigoroso, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com apropriação indevida de **consignações, pensão alimentícia, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

### 5.3.3. Conciliações Bancárias

Seguiremos orientando a necessidade de regularização das conciliações existentes, considerando ainda que as conciliações não devem jamais ser ultrapassado o período de 90 dias.

## VI. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

### 6.1. Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Os gastos realizados com pessoal considerando o relatório do quadrimestre RGF representam **50,67%** de um limite prudencial de **51,30%** e limite legal de **54%** levantamento feito pela equipe técnica de contabilidade do município com base na resolução nº 320 e nº 321.

**OBS:** Conforme Resoluções 320 e 321/2019 do TCE/SE dispõe sobre a incidência de recursos transferidos pela União por intermédio de programas federais no cálculo das despesas com pessoal nos municípios do Estado de Sergipe estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

#### 6.1.1. Subsídios

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 1.085, de 25 de junho de 2024, em **R\$ 39.607,68 (trinta e nove mil seiscientos e sete reais e sessenta e oito centavos)**, **R\$ 26.405,12 (vinte e seis mil quatrocentos e cinco reais e doze centavos)** e **R\$ 9.901,92 (nove mil novecentos e um reais noventa e dois centavos)** respectivamente.

#### 6.1.2. Despesas com O Poder Legislativo

O Total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de **R\$ 1.541.724,81 (um milhão quinhentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e quatro reais oitenta e um centavos)**. Assim, levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo Art. 29-A, da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), inclusive com todos os seus repasses efetuados dentro do exercício financeiro, conforme orientação legal, de modo que se cumpre o instrumento constitucional.

REPASSE PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE			
16/01/2025	1	Repasse para o legislativo - janeiro/2025	R\$ 513.908,27
17/02/2025	2	Repasse para o legislativo - fevereiro/2025	R\$ 513.908,27
17/03/2025	3	Repasse para o legislativo - março/2025	R\$ 513.908,27
TOTAL DE REPASSE			<b>R\$ 1.541.724,81</b>
TOTAL REGISTROS:			<b>03</b>

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

## 6.2. Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pelo contador e encaminhados ao TCE, em obediência à LRF.

## 6.3. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados **R\$ 3.108.129,53 (três milhões, cento e oito mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos)**, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de um percentual exigido de 25% (vinte e cinco por cento). Informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária - RREO fornecido pela Equipe Técnica, o período até março/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE E FUNDEB	VALOR - R\$
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	<b>3.108.129,53</b>
Percentual aplicado	<b>29,68%</b>
<b>Fonte dos dados: Sistema Contabilis</b>	

## 6.4. Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Educação as Contribuições para formação do FUNDEB somaram um montante de **R\$ 11.431.245,86 (onze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**, de um percentual exigido 70% (setenta por cento), informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária - RREO fornecido pela Equipe Técnica, o período até março/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA (FUNDEB)	VALOR - R\$
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	<b>11.431.245,83</b>
Percentual aplicado	<b>102,84%</b>
<b>Fonte dos dados: Sistema Contabilis</b>	

## 6.5. Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Foram aplicados **R\$ 2.287.292,81 (dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavo)**, em despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), de um percentual mínimo exigido de 15% (quinze por cento), informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária – RREO, fornecido pela Equipe Técnica, do período até março/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	VALOR - R\$
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	<b>2.287.292,81</b>
Percentual aplicado	<b>9,41%</b>
<b>Fonte dos dados: Sistema Contabilis</b>	

Ficou abaixo da mínima prevista na Constituição Federal, ficando esse percentual a ser atingido nos trimestres seguintes. Por se tratar do trimestre inicial da retomada de despesas do exercício, que é um processo que naturalmente se equilibra no decorrer do ano.

#### 6.6. Diárias

No período analisado foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos, no valor de **R\$ 9.843,31 (nove mil oitocentos e quarenta e três reais trinta e um centavos)**, concedidas e pagas com base nos valores fixados pela Lei Municipal nº 1.017, de 24 de abril de 2023, na Resolução 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e ainda a Instrução Normativa 04/2023, visando Regular o Procedimento para Concessão de Diárias e Ressarcimento de Despesas aos Servidores e Agentes públicos da Administração Direta e indireta do Município de Simão Dias/SE, quando em viagem a serviços de interesse da administração e dá outras providências.

A seguir construímos uma tabela resumo, com a demonstração das Diárias concedidas:

Especificação	Empenhos No Período	Liquidações No Período	Pagamentos No Período
33901400 Diárias - Civil	9.843,31	9.843,31	9.843,31
<b>Total Geral:</b>	<b>9.843,31</b>	<b>9.843,31</b>	<b>9.843,31</b>

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

#### 6.7. Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria

Demonstramos nesta seção, algumas recomendações, ofícios, notificações e outros atos emitidos nos termos das competências do Sistema de Controle Interno deste município aos órgãos a ele subordinados.

Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -001/2025	07/01/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Orientações para implementação do programa desenvolve Simão Dias e operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolve Simão Dias
Memorando -002/2025	24/01/2025	Secretarias Municipais	Atualização dos valores das diárias de viagem dos agentes políticos do poder executivo, servidores públicos municipais da administração pública direta e indireta, e membros de conselhos municipais
Memorando -003/2025	24/01/2025	Secretarias Municipais	Convocação para reunião sobre a instrução normativa nº 02/2022/SEMCI
Memorando -004/2025	29/01/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento e Departamento de Licitações e Contratos	Atualizações no portal do jurisdicionado – SAGRES referentes as licitações
Memorando -005/2025	06/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Registro de cessão de servidor
Memorando -006/2025	10/02/2025	Secretarias Municipais	Prestação de contas eletrônica mensal
Memorando -007/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Comunicação sobre a sanção da lei nº 1.103/2025 e providências a serem adotadas
Memorando -008/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Comunicação sobre sancionamento da lei nº 1.104/2025



Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -009/2025	11/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Comunicado sobre o sancionamento da lei nº 1.104/2025
Memorando -010/2025	11/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Sancionamento da lei complementar nº 1.105/2025
Memorando -011/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Sancionamento da lei complementar nº 1.105/2025
Memorando -012/2025	18/03/2025	Departamento de Recursos Humanos	Envio da lei complementar nº 1.106/2025 – reajuste do piso salarial do magistério público municipal
Memorando -013/2025	24/03/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Recomendações de ações de prevenção e controle de arboviroses
Memorando -014/2025	124/03/2025	Secretarias Municipais	Atualização da carta de serviços ao usuário
Memorando -015/2025	28/03/2025	Secretaria Municipal de Finanças e Tributos	Comunicação sobre o sancionamento da lei nº 1.108/2025
Memorando -016/2025	28/03/2025	Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Trabalho	Sancionamento da lei nº 1.109/2025 e providências para seu cumprimento
Memorando -017/2025	07/04/2025	Prefeito Municipal e Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Solicitação de informações acerca do ofício nº 029/2025 – DITEC/GP/TCE-SE
Ofício - 001/2025	03/01/2025	Instituições bancárias do Município de Simão Dias	Comunicado sobre a publicação do decreto nº 179/2025
Convocação – 001/2025	01/04/2025	Secretarias Municipais	Convocação para preenchimento dos formulários do IEGM/2025

## VII. PATRIMÔNIO

### 7.1. Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos no trimestre totalizaram **R\$ 3.396.773,31 (três milhões, trezentos e noventa e seis mil setecentos e setenta e três reais e trinta e um centavo)**. Verificamos, por amostragem, os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

### 7.2. Almoxarifado

O Almoxarifado encontra-se completamente informatizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TCE/SE nº. 160/92, com a emissão do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” mensal para ser lançado no sistema contábil. Mantém o Almoxarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques.

## VIII. OUVIDORIA

Apresentamos nesta seção informações importantes sobre o desenvolvimento deste importante instrumento de transparência pública. A Ouvidoria Municipal foi criada pela Lei Municipal nº 722, de 03 de maio de 2017, mais precisamente em seu artigo 68, no qual informou as suas competências, sendo elas:

- Estabelecer em canal de comunicação direta entre os cidadãos e o poder público municipal para receber e processar denúncias, reclamações, críticas e representações sobre atos considerados

- ilegais, arbitrários, desonestos ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do Município, empregados da Administração Indireta, agentes políticos, ou por pessoas, físicas ou jurídicas, que exerçam funções paraestatais, mantidas em recursos públicos;
- Verificar a pertinência das reclamações e denúncias, promovendo a real apuração dos fatos e propondo, aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal;
  - Propor, com recurso “*ex-officio*” ao Prefeito Municipal, o arquivamento das denúncias que se revelarem inconsistentes ou infundadas;
  - Divulgar, semestralmente, no órgão oficial municipal incumbido, um relatório com os resultados do trabalho realizado contendo os totais de ocorrências registradas, atendidas e pendentes, discriminando-as pelos respectivos órgãos da administração, bem como outras informações que julgar pertinentes.

Frise-se que a Ouvidoria Geral Pública Municipal faz parte da Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito e de ordem deste, por considerar sua aderência as atividades da Controladoria, determinou a supervisão e acompanhamento das ações sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Controle Interno – SEMCI.

O Relatório Anual da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE é um meio de divulgação das principais ações realizadas pelo setor, e tem como objetivo dar transparência aos seus resultados. Os dados informados foram coletados a partir do sistema utilizado no tratamento das demandas apresentadas durante o período de **janeiro a março de 2025** e a sua publicação observou a política de sigilo e de confidencialidade.

Na tabela abaixo constatamos a demanda decorrente do trimestre e os meios utilizados pelos cidadãos através da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE, onde recebemos um total de 175 manifestações, sendo que 80 delas foram Informações, 12 reclamações, 00 denúncias, 18 elogios, 61 solicitações e 04 sugestões.

**TABELA DE MANIFESTAÇÕES (JAN A MAR 2025)**

CLASSIFICAÇÃO	PRESENCIAL	E-MAIL	WEBSITE	WHATSAPP	TOTAL
INFORMAÇÃO	68	-	-	12	80
RECLAMAÇÃO	8	-	-	4	12
ELOGIO	13	-	-	5	18
DENÚNCIA	-	-	-	-	-
SOLICITAÇÃO	47	-	8	6	61
SUGESTÃO	04	-	-	-	04
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>175</b>

A Ouvidoria é a interlocutora do Cidadão e da Gestão Municipal, fazendo a ponte entre os dois lados e mediando os conflitos em busca de uma solução que atenda a todos os envolvidos. Entendendo que a partir das demandas se torna possível pensar nas melhorias dos serviços públicos prestados à sociedade. A divulgação da Ouvidoria atualmente é feita pelo *Instagram* Oficial da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE e também pelo site institucional do município no endereço eletrônico: [www.prefeiturasimaodias.se.gov.br](http://www.prefeiturasimaodias.se.gov.br). O cidadão quando atenciosamente ouvido e devidamente tratado, se satisfaz com a certeza de que seus direitos estão sendo preservados e respeitados, pois exerceu sua cidadania e sua liberdade de expressão.

## IX. ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES

---

Atendendo as Resoluções TCS/SE nº 305 e 306/2017, foram entregues os informes mensais deste período, dentro dos prazos previstos nos referidos documentos.

## X. CONCLUSÃO

---

Por meio do presente relatório, elucidou-se que o propósito subjacente à sua elaboração consistiu em avaliar a legalidade das transações operacionais realizadas pela Prefeitura Municipal de Simão Dias, Estado de Sergipe, com o intuito de proporcionar uma visão abrangente sobre o funcionamento do mencionado Poder Executivo.

Nesse contexto, o Controlador designado desempenhou uma função específica de supervisão, visando assegurar a conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como as Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais. Ademais, elaborou-se o referido relatório com o propósito de subsidiar o Controle Externo, utilizando os dados coletados como um referencial para aprimorar a prestação de serviços públicos. Além disso, quando apropriado, expediram-se ofícios, memorandos, notificações e/ou recomendações administrativas, dentre outros instrumentos, com o intuito de alinhar a Administração às disposições legais, alertando e recomendando, no âmbito de nossa competência, as demais Secretarias, a fim de promover a estrita observância da legislação pertinente.

A análise dos dados referentes ao cumprimento dos percentuais legais destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e à Saúde evidencia a importância de observar os limites mínimos estabelecidos pelo art. 212 da Constituição Federal. Tais percentuais não apenas garantem a conformidade legal, mas também refletem o compromisso da gestão pública com a promoção de políticas sociais efetivas e o atendimento de qualidade à população. No entanto, observa-se que, neste primeiro trimestre, os valores aplicados com a saúde, ficaram abaixo do mínimo constitucional exigido. Ressalta-se, contudo, que este é o trimestre inicial da execução orçamentária, período caracterizado por ajustes e retomada gradual das despesas. Dessa forma, entende-se que os percentuais tendem a ser compensados e ajustados ao longo dos próximos trimestres, em consonância com a dinâmica de execução financeira anual. O controle interno permanecerá acompanhando a evolução desses indicadores para assegurar a regularidade da aplicação dos recursos e o cumprimento das metas legais e sociais estabelecidas.

Isso resultou no alcance das metas e diretrizes estipuladas, sendo, portanto, o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas consideradas pelo Controle Interno como uma observância das prescrições legais.

Diante do exposto, e com a finalidade de prestar apoio e respaldo ao Controle Externo no exercício de sua missão institucional, bem como de avaliar a legalidade e eficácia das ações relacionadas à execução orçamentária, encaminham-se as informações obtidas, as quais foram sumarizadas nos tópicos anteriores.

Informamos por fim, que os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão devidamente arquivados por esta Secretaria, à disposição dos Órgãos de Controle Externo.



PREFEITURA DE  
**SIMÃO DIAS**  
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL  
CONTROLE INTERNO  
(SEMCI)



Página 16 de 17

Simão Dias/SE, 31 de março de 2025

  
**IAGO HENRIQUE ROCHA DE ARAÚJO**

*Secretário Municipal de Controle Interno*  
*Decreto nº 003 de 02 de janeiro de 2025*

---



## CERTIDÃO

---

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do Exercício de 2025, apurou a função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17/03/64, bem como às respectivas normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, obedecendo, portanto, todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente, a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo, no cumprimento de sua missão institucional.

Simão Dias/SE, 31 de março de 2025.

**IAGO HENRIQUE ROCHA DE ARAÚJO**

*Secretário Municipal de Controle Interno*

*Decreto nº 003 de 02 de janeiro de 2025*